

PROGRAMA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

I

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA

1. Os direitos fundamentais na história do Estado de Direito: do Estado de Direito liberal ao Estado social e democrático de Direito
2. A evolução histórica dos deveres do Estado em domínio de direitos fundamentais
3. Direitos fundamentais e o *novo constitucionalismo* que se desenvolveu na segunda metade do século XX

II

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Alguns conceitos e distinções mais frequentemente utilizados na teoria dos direitos fundamentais
2. Classificações e tipos de direitos fundamentais. A sistematização dos direitos fundamentais na Constituição portuguesa
3. A concepção tradicional portuguesa dos direitos fundamentais: sua origem e sua crítica
4. Doutrina tradicional e direitos sociais: objecções normalmente invocadas contra o reconhecimento dos direitos sociais como direitos fundamentais
5. A proposta de uma dogmática unitária de direitos fundamentais, com diferenciação em função da natureza da norma de protecção, em função da estrutura do direito e em função das reservas que afectam o correspondente dever estatal.

6. Os deveres estatais em domínio de direitos fundamentais: dever de respeito, dever de protecção e dever de promoção.

III

RESTRICÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Conceitos e tipos de restrição. Restrição e suspensão de direitos fundamentais.
2. A fundamentação das restrições aos direitos fundamentais: teoria externa, teoria interna, teoria dos direitos fundamentais como princípios e teoria dos direitos fundamentais como trunfos dotados de uma reserva geral imanente de ponderação.
3. Proposta de fundamentação da ocorrência de restrições aos direitos fundamentais: teoria dos direitos fundamentais como trunfos dotados de uma reserva geral imanente de ponderação. A distinção entre normas -regra e normas-princípio.

IV

CONTROLO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS RESTRICÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Primeira fase do processo de controlo de constitucionalidade das restrições aos direitos fundamentais: a delimitação do conteúdo protegido pelo direito fundamental afectado pela restrição
2. A segunda fase do processo de controlo de constitucionalidade das restrições aos direitos fundamentais: a justificação exigível para a admissibilidade de restrições aos direitos fundamentais.
3. Terceira e última fase do processo de controlo de constitucionalidade das restrições aos direitos fundamentais: os *limites aos limites* (remissão)

V

LIMITES AOS LIMITES: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1. Estratégia de apuramento de um conteúdo normativo para o princípio constitucional dignidade da pessoa humana
2. A dignidade da pessoa humana na história
3. O conteúdo normativo autónomo da dignidade da pessoa humana
4. Dignidade, autonomia e consentimento
5. A natureza absoluta ou relativa do princípio jurídico-constitucional da dignidade da pessoa humana

VI

A TUTELA JUDICIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ACESSO AO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

1. A tutela judicial dos direitos fundamentais
2. As graves insuficiências e a controversa racionalidade da tutela dos direitos fundamentais no sistema português de fiscalização da constitucionalidade

VII

A VINCULAÇÃO DAS ENTIDADES PRIVADAS PELOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A vinculação dos particulares pelos direitos fundamentais. O art. 18º, 1, da Constituição portuguesa e as dúvidas que suscita

2. As diferentes posições doutrinárias sobre o tema da aplicabilidade dos direitos fundamentais nas relações entre privados

3. Tese da eficácia directa (imediata) e tese da eficácia indirecta (mediata)

4. A tese dos deveres de protecção

VIII

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES

1. O princípio da igualdade

2. O princípio da proibição do excesso

3. Princípio da segurança jurídica e da protecção da confiança

4. Princípio da proibição do défice

5. Princípios da reserva de lei e da determinabilidade

6. A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

Nota: a bibliografia de direitos fundamentais, mesmo considerando apenas a publicada em língua portuguesa, é inabarcável. Para evitar o risco de dispersão, indicam-se aqui apenas as obras do regente que apoiam directamente a leccionação da disciplina, sendo possível, por outro lado, encontrar aí as referências à principal bibliografia nacional e estrangeira para cada parte da matéria.

Contributo para uma Teoria do Estado de Direito, Coimbra, Almedina (1ª edição, 1987, última reimpressão, 2018)

Direitos Sociais, 2ª ed., Lisboa, AAFDL, 2017

Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional, Lisboa, AAFDL, 2019

Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares, Coimbra, Almedina, 2018

Princípios Estruturantes de Estado de Direito, Coimbra, Almedina, 2019

Uma Constituição, Dois Sistemas?, Coimbra, Almedina, 2020

“Direitos fundamentais e inconstitucionalidade em situação de crise —a propósito da epidemia COVID-19” in *Estado de Excepção e Crise Epidémica*, AAFDL, 2020, págs. 103 e segs.

Nota: no blog fundamentais.blogs.sapo.pt encontra-se o programa desenvolvido da disciplina.